

# Memórias em disputa: o golpe de 1964 no Piauí

Francisco José  
Leandro Araújo de  
Castro<sup>1</sup>



Disputed  
memories: the  
1964 coup in  
Piauí

---

<sup>1</sup> Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. E-mail: leandrocastrophb@hotmail.com.

## Resumo

O artigo analisa os desdobramentos do golpe civil-militar de 1964 no estado do Piauí, bem como a formação das memórias locais sobre tal evento. Analiso, por meio do material empírico, como parcela das elites piauienses reproduziu aquilo que denomino de práticas de adesão e acomodação ao golpe. As narrativas anticomunistas foram o argumento central utilizado, como forma de perseguição aos líderes sindicais, pecebistas e trabalhistas no norte piauiense. No entanto, ao longo do tempo, construiu-se, por parte dessas elites, uma memória marcada por visões apaziguadoras, quando não de celebração à ditadura, como forma de apagamento histórico da organização dos trabalhadores e trabalhistas nos anos 1950/1960, bem como para o silenciamento a respeito das medidas repressivas adotadas.

**Palavras-chave:** Memórias; Golpe de 1964; Piauí.

## Abstract

The article analyzes the consequences of the 1964 civil-military coup in the state of Piauí, as well as the formation of local memories about this event. I analyze, through empirical material, how part of the elites from Piauí reproduced what I call adherence and accommodation practices to the coup. The anti-communist narratives were the central argument used, as a form of persecution against union, pecebistas and labor leaders in the north of Piauí. However, over time, these elites built a memory marked by appeasing visions, if not a celebration of the dictatorship, as a form of historical erasure of the organization of workers and labor in the 1950s/1960s, as well as for silencing the repressive measures adopted.

**Keywords:** Memories; 1964 coup d'etat; Piauí.

## Introdução

O trabalho em questão é desdobramento da pesquisa que desenvolvi no Doutorado em História, pela Universidade Federal Fluminense (2017-2021). O objeto de análise diz respeito às memórias construídas sobre o golpe de 1964, sobretudo na cidade de Parnaíba, norte do Piauí. Por ser, à época, o principal centro econômico do estado, essa cidade sediava uma quantidade expressiva de sindicatos laborais, alguns fortemente vinculados ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e viu emergir uma série de pautas ligadas ao reformismo no início dos anos 1960. Após o golpe, em 1964, foi instaurado em Parnaíba um Inquérito Policial Militar (IPM)<sup>2</sup>, com a intenção de investigar as organizações sindicais e reprimir as lideranças que apoiavam então as reformas de base do governo João Goulart. O objetivo deste trabalho, portanto, foi problematizar as memórias tradicionais sobre o golpe de 1964 e a ditadura no âmbito piauiense, compreendendo ao mesmo tempo as práticas de adesão e acomodação das elites políticas nesse estado.

Como pude perceber no andamento da pesquisa, alguns dos nomes da política local, por sua aproximação com agentes ligados à ditadura, buscaram caracterizar um certo distanciamento geográfico da cidade como fator que impossibilitou a presença tanto dos movimentos sociais, marcados pelas pautas reformistas, que se organizaram na cidade desde a segunda metade dos anos 1950, quanto das práticas repressivas adotadas pelas forças militares após o golpe.

Alguns outros agentes, por seu lado, buscaram evidenciar que a cidade de Parnaíba e o Piauí, teriam sido privilegiados durante o golpe e o transcurso do período ditatorial. Portanto, suas memórias sobre aquele momento são positivas, dotadas até mesmo de um certo saudosismo e de um uso simplificado do passado. Por outro lado, os grupos de trabalhadores atingidos pelo golpe e seus familiares constituíram uma espécie de *memória subterrânea*<sup>3</sup>. Pouco rememoram os

---

<sup>2</sup> Trata-se de Inquérito Policial aberto pela Guarnição Federal do Piauí, com sede em Teresina, contra trabalhadores, lideranças sindicais, e políticos ligados ao PTB piauiense, principalmente oriundos da cidade de Parnaíba, no norte do estado. Sobre o IPM, ver: BRASIL: Nunca Mais digit@l - MPF - PRR 3ª Região, 2016, Disponível em: [http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB\\_04&PagFis=33830](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_04&PagFis=33830). Acesso em 16 de mar. de 2021.

<sup>3</sup> Aqui o uso o conceito de Michael Pollak de memórias subterrâneas. Ver: POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 02 fev. 2021.

acontecimentos vividos em meados de abril de 1964, quando não mesmo procuraram o apagamento sobre o contexto.

Alguns agentes, por meio de determinados usos políticos do passado, insistiram em apontar que Parnaíba não viveu nenhum reflexo direto do golpe, pois a cidade, naquele momento, não teria tamanha importância política e econômica que justificasse medidas repressivas em seu espaço. Por outro lado, muitos dos perseguidos pelo golpe guardaram, ao longo do tempo, sigilo quanto às suas prisões, indiciamentos e interrogatórios. Nos jornais publicados na cidade, nem mesmo durante o processo de abertura política nos anos 1980, nada se questionou sobre as perseguições aos acusados de “subversão” em 1964 nessa cidade, como pude evidenciar. Prevaleceu o silêncio sobre aquele momento.

Esse artigo, apesar de abordar um tema pouco recorrente na cidade de Parnaíba-PI, pretende lançar luz sobre a necessidade de se acessarem as memórias de trabalhadores sindicalizados e lideranças políticas, acossados pela repressão militar da Guarnição Federal, com sede em Teresina, e pela Capitania dos Portos, sediada em Parnaíba. Bem como pretende contribuir com um tema importante nesse atual cenário de ressurgimento de medidas policiais por parte de agentes estatais e em que se ventilam usos políticos do arcabouço jurídico herdado da ditadura.

É preciso entender, de imediato, que as memórias são sempre seletivas, parciais, localizáveis no tempo e espaço, pois são também, diga-se, produtos de embates políticos e identitários. Tendo em vista que “a faculdade de lembrar guarda mais proximidades com o presente do que se pode supor. Relembrar o passado é instaurá-lo num terreno de disputas entre determinadas versões” (PEREIRA, 2015, p. 16). Nesse sentido, é preciso entender que algumas questões a respeito do golpe, dos anos vividos no passado, do período da ditadura, passam por adaptações com o avançar de outros contextos e experiências temporais. Vão sendo ressignificados, remodelados, por conta dos interesses do próprio presente e da noção que se quer atribuir àquele passado.

Um evento de marca significativa, como o golpe de 1964, ainda hoje passa por profundas disputas de memória. Sobretudo por conta das turbulências políticas vividas no Brasil, com o ressurgimento de pautas de extrema-direita, ou mesmo da evidência de grupos defensores de uma intervenção militar autoritária. Além disso, é

preciso mencionar, não se fez como na Argentina, Uruguai ou Chile<sup>4</sup>, onde houve punição aos militares responsáveis por crimes contra a humanidade após o processo de abertura política. Em nosso caso, a abertura, foi amparada em práticas de conciliação de interesses das elites políticas e militares, empurrando para debaixo do tapete as graves violações de direitos humanos cometidos durante os anos da ditadura.

Um aspecto referente à consolidação de uma dada memória sobre os regimes ditatoriais que marcaram os anos 1960-1980 no Cone Sul é uma tentativa de forjar narrativas idealizadas, míticas, ao mesmo tempo simplificadoras e harmoniosas, para uma melhor aceitação social de determinados aspectos do passado e no sentido de se evitarem embates futuros. Nesse sentido, a construção de narrativas míticas sobre os regimes ditatoriais pelas sociedades que o atravessam, para ocultar certos aspectos do passado recente, ao mesmo tempo em que busca facilitar a inserção de novo sistema político dos ex-partidários da ditadura, legitimando o novo poder, evita um debate aprofundado sobre a questão das responsabilidades (GROPPO, 2015, p. 39). E essa é uma questão importante, pois é necessário compreender a presença e efetiva legitimação de grupos de civis no processo de tomada de poder em 1964, bem como na consolidação da ditadura. Sem esses grupos a dar apoio aos atos autoritários, por certo, os regimes de exceção, como a última ditadura, não se sustentariam por tanto tempo.

Essas memórias são forjadas também a partir de um determinado lugar que se ocupa no corpo social. As memórias dos grupos conservadores parnaibanos sobre aquele contexto são distintas das dos trabalhadores e de seus familiares. Após o golpe, os últimos se viram indiciados, respondendo a inquéritos policiais militares, com problemas na justiça, sem direitos políticos e, em alguns casos, detidos. Essas memórias também vão se modificando ao longo do tempo, sobretudo com a abertura política e com indícios de que, pelo menos nas batalhas de memória, no Brasil, os militares foram derrotados<sup>5</sup>. Sobre o aspecto da memória a partir de sua construção ao longo do tempo, Pollak indica que “pensar na memória como atividade inserida no presente é instaurá-la em uma dialética entre lembrança e

<sup>4</sup> Para uma análise sobre as diferenças a respeito das medidas adotadas com o fim das ditaduras no Brasil, Chile e Argentina, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

<sup>5</sup> Sobre as disputas de memória a respeito do golpe e a visão dos militares sobre a ideia de derrota nas batalhas de memória, ver: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *Visões do golpe*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

esquecimento. Os esquecimentos e silêncios, propositais ou não, dizem muito sobre o grupo do qual se deseja pertencer” (POLLAK, 1989, p. 03).

Especificamente com relação à construção de visões sobre o contexto do golpe e da ditadura nessa cidade piauiense, na edição de 2004 do *Almanaque da Parnaíba*<sup>6</sup>, Fernando Ferraz, membro da Academia Parnaibana de Letras, destaca um aspecto que se faz presente nas memórias de grande parte da sociedade parnaibana: a ideia de que a repressão e as perseguições políticas não ocorreram nesse espaço. Além disso, o autor destaca que fatores como a distância dos grandes centros urbanos possibilitava a essa cidade passar distante dos principais eventos nacionais, como se eles não tivessem ressonância no norte piauiense.

Ao mesmo tempo, determinados grupos parnaibanos mantiveram algum tipo de memória positiva sobre os anos de ditadura. Esse é o caso do articulista, que escreve texto intitulado *De que sentimos saudade?* publicado na edição comemorativa de 80 anos do *Almanaque*, já no ano de 2004<sup>7</sup>. Esse era um momento, diga-se, em que grande parte das instituições acadêmicas começavam a debater os efeitos do golpe de 1964 e o tema adquiriu maior visibilidade, ao contrário das efemérides anteriores, quando pouca atenção foi dada sobre o golpe e pouco se falou sobre as questões referentes à ruptura institucional<sup>8</sup>. Ferraz narrou então que,

---

<sup>6</sup> O *Almanaque da Parnaíba* é um anuário que circula nessa cidade desde 1924, com momentos de interrupção. A princípio foi publicado sob os cuidados de Benedito dos Santos Lima, até seu falecimento, em 1958. Em seguida assume a direção do Almanaque o comerciante Ranulpho Torres Raposo. Tinha como uma das características centrais a divulgação de empresas locais e atividades comerciais da cidade de Parnaíba-PI.

<sup>7</sup> Benito Bisso Schmidt destaca que, no ano de 2004, o aniversário dos 40 anos do golpe que deu início à ditadura civil-militar no Brasil motivou a irrupção no espaço público de diversos discursos de memória conflitantes relativos àquele acontecimento, com destaque para o discurso governamental, o dos comandantes militares e o das vítimas e seus familiares. Cada um destes discursos procurou estabelecer a forma correta de lembrar (e de esquecer) o golpe, atribuindo-lhe significados variados e situando-o de formas diferenciadas na história brasileira. SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. *Anos 90*, Porto Alegre, v.14, n.26, p.127-156, dez. 2007. Sobre as disputas de memórias, ver também: CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. *Revista Brasileira de História - Brasil, 1954-1964*. São Paulo, ANPUH – Marco Zero, v.14, n.27, 1994; ver também: MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra de memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, UFMG, n. 28, dez. 2002.

<sup>8</sup> Sobre esse aspecto, no ano de 2004, Carlos Fico, em artigo, destacava que: “[Tem] sido notável, neste ano, o interesse despertado pelos eventos de toda sorte que vão marcando a data, diferentemente de dez anos atrás, quando seminários acadêmicos sobre os trinta anos do golpe de 64 tiveram de ser cancelados ou contaram com baixa frequência de público. Milhares de pessoas, na maioria jovens, têm comparecido a debates em todo o Brasil. A imprensa acompanha com interesse atividades acadêmicas regra geral ignoradas. Várias publicações voltadas para o tema têm sido lançadas”. Ver: FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista*

Enquanto as grandes cidades brasileiras protagonizavam cenas de repressão aos que resistiram ao arbítrio da ditadura militar de 1964, minha cidade natal especulava quem seria a vítima da próxima edição do jornal apócrifo, mimeografado, “O Linguinha”. Protegido pela redoma do isolamento geográfico do resto do país, deslumbrados pelas novelas da TV Tupi e pelo programa do Flávio Cavalcante, a população da minha cidade, orgulhosa da vitória da seleção canarina no México, em 1970, embarcou com orgulho no chamado “milagre econômico” brasileiro, ovacionando nas ruas e avenidas o general Emílio Garrastazu Médici, que, em visita oficial à cidade, recebeu homenagem dos parnaibanos, com o nome de uma praça, conhecida como “Praça da Lagoinha”, e até de um grêmio (FERRAZ, 2004, p. 15).

É interessante observar algo que permeia algumas das memórias de escritores, intelectuais, jornalistas e homens ligados às famílias tradicionais parnaibanos sobre o golpe e a ditadura: a ideia de isolamento geográfico e de que, nessa cidade, não se realizaram punições, prisões, como as noticiadas em grandes centros, como Rio de Janeiro, São Paulo ou mesmo Recife. Pelo contrário. A partir do relato observado no texto acima, há uma percepção apaziguadora, tranquila sobre o golpe e até mesmo celebratória dos anos de “milagre econômico”. As memórias presentes no texto do escritor Fernando Ferraz, em muito se conectam com uma percepção do período ditatorial, não como *anos de chumbo*, mas como *anos de ouro*. Pois, como se pode supor, alguns de seus familiares, ou amigos próximos, se regozijaram durante tal contexto, por conta das benesses proporcionadas pelo dito “milagre”, já nos anos 1970, e pelo clima de euforia propagado. Talvez, Ferraz retenha nas suas memórias o contexto em que, a despeito das denúncias de tortura por agentes de Estado, se realizavam festas, celebrações e homenagens aos generais da ditadura, como a recepção mencionada, no início dos anos 1970, de Garrastazu Médici, nessa cidade<sup>9</sup>.

---

*Brasileira de História*. São Paulo, vol. 24, n. 47, p. 29–60, julho 2004, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

<sup>9</sup> A visão do escritor Fernando Ferraz em muito se assemelha com a de outros escritores, jornalistas e intelectuais da cidade de Parnaíba. Exemplo disso é a obra escrita no início dos anos 1980 pelo jornalista Caio Passos, chamada *Cada rua - sua história*. Nela se narra, por exemplo, com bastante entusiasmo, a visita do general Médici para inaugurar a referida praça com seu nome. Passos escreve que “o general Médici foi, sem dúvida um dos maiores presidentes que o Brasil já teve”, tendo ainda, de acordo com o autor, “um trabalho altamente humano e patriótico”. O autor indica então que “esta praça, que tem seu nome, foi inaugurada pessoalmente pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, quando deu à Parnaíba insigne honra de sua visita, em 02 de abril de 1973, inaugurando também, nessa ocasião, o trecho da BR-343 – Luiz Correia – Piripiri”. Ver: PASSOS, Caio. *Cada rua - sua história*. Parnaíba-PI: 1982, p. 86.

Sobre esse aspecto, Janaína Cordeiro destaca que, “habitualmente identificado pela memória coletiva como *anos de chumbo*, este período significou também e para expressivos segmentos da sociedade, *anos de ouro*, marcado por grande euforia desenvolvimentista, por expectativas de ascensão social e pelo entusiasmado sentimento de *construção do futuro*, do *Brasil potência* (CORDEIRO, 2012, p. 06). Importante destacar que grande parte da sociedade piauiense, sobretudo setores tradicionais, apoiou o golpe, bem como a ditadura que se estabeleceu pós-1964. Até mesmo em seus momentos mais sombrios, pode-se dizer, por conta da percepção do desenvolvimento econômico e do *consenso* em torno da propagação dos ideais de *progresso* e das obras propagandeadas pelos agentes da ditadura.

No contexto da abertura, nessa cidade, ocorreram tentativas de apagamento histórico, bem como procurou-se colocar à margem das “memórias oficiais” as organizações dos trabalhadores, os contatos de sindicalistas parnaibanos com figuras como o presidente João Goulart e Brizola, as atividades trabalhistas e a tentativa de organizar uma ramificação das Ligas Camponesas em localidades próximas à Parnaíba. Me refiro a falas como a de uma figura de evidência na sociedade e política local, ex-prefeito, médico atuante na cidade, o Dr. Cândido de Almeida Athayde<sup>10</sup>. Em entrevista realizada no ano de 1984 junto à Fundação CEPRO<sup>11</sup>, localizada no levantamento do material para esta pesquisa, quando foi perguntado ao médico a respeito de como a cidade vivenciou o momento do golpe em 1964, ele respondeu:

Àquela época todo mundo estava motivado pelas ideias que apareciam lá no Rio de Janeiro, mas **não refletia aqui**. No nosso meio, não tinha repercussão nenhuma aquele governo e aquelas ideias que o Jango andou deixando que aqueles soldados e aqueles sargentos, aqueles cabos, fizessem aquele movimento. Aquilo foi que assombrou os proprietários, os industriais no sul. **Não chegou até nós!** (ATHAYDE, 1984, p. 05, grifo meu).

<sup>10</sup> Cândido de Almeida Athayde nasceu em 19 de setembro 1904, em Tutóia, no estado do Maranhão e faleceu em 1998 em Parnaíba (PI). Médico formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1929. Diretor da Santa Casa da Misericórdia em Parnaíba. Prefeito da Parnaíba (1945-1946). Membro da Academia Parnaibana de Letras.

<sup>11</sup> Trata-se da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO. Localizada em Teresina, que possui acervo de entrevistas gravadas com personagens do quadro político piauiense.



Sempre utilizando os termos “aquele(s)”, “aquela(s)”, para demonstrar certo distanciamento com os eventos, o argumento empregado pelo médico em muito coincide com as narrativas apaziguadoras recorrentes nas páginas de algumas publicações locais que buscavam redimensionar os eventos ocorridos 20 anos antes. Ao apontar que “essas ideias não chegaram até nós”, o médico indicava que, em Parnaíba, não se sentiu o reflexo das organizações sindicalistas, dos subalternos das forças armadas, tampouco as pautas trabalhistas foram perceptíveis nessa cidade. Muito menos a reação dos grupos tradicionais, por meio da imprensa, em apoio ao golpe, teria ocorrido. Para o médico, Parnaíba passou incólume aos efeitos do golpe civil-militar de 1964, pois a cidade seria “indiferente” aos eventos políticos do centro-sul, pois, para Athayde, existia um “problema interessante”, segundo ele afirmava, “o parnaibano [é] muito introvertido” (ATHAYDE, 1984, p. 05).

É preciso mencionar, no entanto, que naquele momento de abertura política, de onde se situa a fala do médico, com as manifestações em torno das eleições diretas, algumas das narrativas empreendidas sobre o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar, buscaram redimir a presença de setores da sociedade no processo de apoio ao golpe e de sustentação da ditadura que se manteve no poder por mais de 20 anos. No plano político, nos anos 1980, percebe-se que “negociava-se a transição para a democracia sob a tutela dos militares, cujo discurso sustentava-se no argumento de terem salvado o país do comunismo” (JOFFILY, 2018, p. 208). Ao mesmo tempo, a sociedade e os veículos de comunicação buscaram apagar o seu papel no processo de construção e adesão ao golpe e à ditadura instaurada no país. Ambos os setores, diga-se, foram construindo uma “arquitetura simplificada”, em que coubesse apenas a ideia de que a sociedade teria “uma longa vocação democrática”<sup>12</sup>.

Esse tipo de memória sobre o golpe, a meu ver, teve uma função conservadora, reproduzindo uma visão interesseira e simplificadora sobre o passado recente. É necessário, portanto, evidenciar outras memórias sobre o golpe no Piauí. Perceber as memórias dos atingidos pelo autoritarismo. Aqueles que, em um contexto de ampliação das formas de organização sindicalistas, influenciadas pela possibilidade de reformas nas estruturas produtivas no Brasil, ousaram se mobilizar

---

<sup>12</sup> Sobre a construção das memórias referentes à ditadura brasileira ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

e dar corpo às suas demandas políticas. Marceneiros, pintores, estivadores, operários, trabalhadores das mais diversas atividades urbanas, bem como das comunidades rurais que circundam Parnaíba, pagaram um alto preço por propor formas de representação coletiva em que pudessem lutar por uma melhor distribuição de renda e melhores formas de trabalho. O preço foi a repressão que se abateu sobre esses trabalhadores sindicalizados e seus familiares como desdobramento do golpe de 1964.

É preciso estar atento às disputas e redimensionamentos da memória sobre um evento como o golpe de 1964 e suas reconfigurações em uma cidade como Parnaíba, no norte piauiense, tendo em vista que, conforme indica Beatriz Sarlo, o “campo da memória é um campo de conflitos” (SARLO, 2007, p. 20). Nesse sentido, a autora aponta ainda que “o passado é sempre conflituoso”. Esse passado vive “espreitando o presente como a lembrança que irrompe no momento em que menos se espera ou a nuvem insidiosa que ronda o fato que não se quer ou não se pode lembrar”. Sarlo indica uma questão importante para este trabalho, quando destaca que “o retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente” (SARLO, 2007, p. 09). Portanto, é fundamental observar o momento de onde se produzem as memórias e os diferentes usos políticos de tal passado.

O ponto importante na análise dessas memórias é evidenciar uma outra percepção sobre o momento do golpe de 1964 e seus reflexos na cidade de Parnaíba, norte do Piauí. Apesar das memórias tradicionais reproduzirem uma visão tranquilizadora a respeito do momento, há a percepção de formas distintas de violência praticadas nessa cidade pelas forças militares com apoio de civis. No contexto ditatorial, desde o início, também em centros urbanos diversos, os grupos de dentro da caserna sentiram-se à vontade para sair às ruas e atuar contra líderes políticos trabalhistas, movimentos sociais, mas também contra lideranças sindicais.

Com relação a esse último grupo de perseguidos políticos, consegui acesso a um caso em especial. O caso se refere a um dos trabalhadores perseguidos na cidade de Parnaíba no contexto do golpe de 1964, indiciado pelo inquérito policial. Pude encontrar e entrevistar familiares deste trabalhador, que tinha o nome de Francisco das Chagas Frota de Medeiros e era conhecido nessa cidade como

Maninho Medeiros<sup>13</sup>. Durante o levantamento das entrevistas para essa pesquisa, pude entrar em contato com Sebastião Paulo Frota de Medeiros, irmão do trabalhador arrolado no inquérito por suspeita de subversão.

Sebastião Paulo destacou, em entrevista, que o irmão “veio do Rio de Janeiro, para trabalhar em Parnaíba nos Correios e Telégrafos”. De acordo com Sebastião, o seu irmão, Francisco das Chagas, “era muito esclarecido, discutia as reformas de base, a lei da remessa de lucros, inclusão social, e outras coisas que não significavam qualquer atentado ao sistema, mas que a elite política da época se baseava nisso e qualquer pessoa que reclamasse era recriminado, como comunista, subversivo”.

Sebastião ainda me narrou que Francisco das Chagas, “conheceu aqui alguns nomes do PTB”. Segundo ele, “o PTB era um partido que por mais que tivesse seus erros, se interessava pelas questões populares, questões sociais. Eles formavam uma espécie de lideranças locais”. Sebastião destacou ainda, em entrevista, um aspecto muito comum como desdobramento dos processos abertos contra lideranças sindicais, que era a impossibilidade de indiciados assumirem cargos e algumas funções públicas, ou concursos, em alguns casos. Segundo o entrevistado, seu irmão “ficou impedido de deixar a cidade, de assumir concurso do Banco do Brasil ao qual havia sido aprovado”. Sobre o momento da chegada dos militares em sua residência, Sebastião me narrou que:

Houve um grande desrespeito por parte dos militares. Quando eles chegaram na casa dos meus pais. Eles pularam o muro que era pequeno e batendo com o cabo do fuzil dizendo que era do exército. Eles chegaram de madrugada, bem cedo. Meu pai quem atendeu. Eu dormia no outro quarto e depois ele só me disse: olha, levaram o Maninho! Acho que passou detido uns 08 dias no Arsenal do Tiro de Guerra. Na capitania, que era o pessoal de maior patente, eram obrigados a irem lá assinar documento somente pra constar que estavam na cidade (Em Parnaíba). (MEDEIROS, 2017, p. 4).

Em texto no *Almanaque da Parnaíba*, já em 2017, o poeta parnaibano Alcenor Candeira Filho, relata uma passagem que viveu já nos anos 1970, no Rio de Janeiro, quando era estudante de Direito e convivia com o amigo Francisco das Chagas (Maninho Medeiros). Ele indicou, no *Almanaque*, que se envolvera em uma

---

<sup>13</sup> Francisco das Chagas Frota de Medeiros, em 1964, tinha a idade de 23 anos. Foi acusado pelo crime de subversão da ordem política e social e de ter ideologias comunistas. Foi acusado de discutir, em seu ambiente de trabalho, o DCT, sobre as reformas de base.

confusão com amigos no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro, também frequentado pelo amigo indiciado e foram levados para Delegacia. Porém, conseguiram avisar “Maninho” para evitar que não fosse junto com os demais e assim evitar complicações com a polícia, tendo em vista ter sido indiciado no IPM aberto na cidade de Parnaíba em 1964 e, por conta disso, ter possibilidade de maiores problemas. Alcenor indicou então que:

Maninho saiu de Parnaíba nos anos 1960, para morar no Rio de Janeiro, deixando na cidade natal e no curriculum a fama de “comunista”. Envolvido em inquérito policial militar instaurado em Parnaíba em 1964, foi preso e impedido de tomar posse como funcionário do Banco do Brasil após aprovação em concurso, sob a acusação de ser subversivo. Anos depois, conseguiu assumir o tão sonhado emprego. Os órgãos repressores chegaram à conclusão de que Maninho era apenas um cidadão decente que defendia a dignidade humana. (CANDEIRA FILHO, 2017, p. 8).

As memórias e reminiscências de quem esteve próximo, convivendo com um atingido pelo golpe, denunciado, indiciado por um inquérito policial, permite compreender que, apesar de muitos dos processados terem sido anistiados com o decorrer do processo, a marca, ou a “fama” de comunista e/ou subversivo, os perseguiu ao longo do tempo, enquanto durou a ditadura, por conta das estruturas de vigilância do Estado militarizado. Até mesmo em uma outra cidade, como o Rio de Janeiro, existia a preocupação em não ter qualquer problema com as forças policiais, por conta do indiciamento que ocorrera na cidade de Parnaíba, em 1964, no caso de Francisco das Chagas Medeiros.

É importante evidenciar essas memórias para tensionar as visões simplistas e/ou saudosistas sobre o contexto de ditadura civil-militar no espaço do norte piauiense. A ideia de que esse cenário passou ao largo das medidas repressivas ou que não se reproduziram perseguições no âmbito local precisa ser questionada, como visto. Existem memórias diversas, também na cidade de Parnaíba, sobre o contexto em que os militares assaltaram o poder no país.

Nesse sentido indico as memórias dos familiares de um outro trabalhador que tive contato: Evilásio dos Santos Barros. Nascido no pequeno povoado Coroa de São Remijo, município de Buriti dos Lopes, distante pouco mais de 40 km de Parnaíba, Evilásio migrou para a cidade de Parnaíba em meados de 1945, quando o mundo assistia ao final da Segunda Guerra e iniciava-se, no Brasil, a experiência liberal democrática, com o fim do regime do Estado Novo. Evilásio, de acordo com

informações dos filhos, foi, aos poucos, ganhando destaque nas funções que exercia dentro da fábrica em que conseguiu trabalho, a Moraes S/A<sup>14</sup> e mesmo junto aos colegas de profissão, até ir galgando melhores postos de trabalho. Além disso foi ao mesmo tempo se vinculando a formas de representação da sua categoria de trabalho, até atingir função de presidente daquele sindicato que representava sua função. Em fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, Evilásio já se constituía como uma forte liderança sindical, estando então à frente da representação piauiense da Federação dos Trabalhadores da Indústria, vinculado nacionalmente ao CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria), por onde buscava organizar os trabalhadores locais e por onde realizava atividades em outros estados.

Homem de seu tempo, Evilásio participou ativamente de inúmeras formações no antigo estado da Guanabara, onde frequentou reuniões com lideranças nacionais da Confederação a que pertencia. Essa sua circulação nos meios trabalhistas de maior projeção no país o habilitou a falar muitas vezes em nome da categoria em que se vinculava, a Federação dos Trabalhadores da Indústria. Conseqüentemente, essa mesma projeção sindical que Evilásio adquiriu ao longo do tempo, vai ser fator determinante para, logo nos primeiros dias após o golpe civil-militar de 1964, que retirou um presidente eleito democraticamente do poder, ser indiciado em um Inquérito Policial Militar, junto a muitos outros trabalhadores, lideranças sindicais e políticas parnaibanas e teresinenses.

No Inquérito Policial Militar aberto em Parnaíba, consta, na acusação que, Evilásio “viajava constantemente para a Guanabara, todas as vezes que era convocado pela Confederação Geral dos Trabalhadores, onde recebia instruções para fazer greves”. Bem como indicava o IPM, em tom denunciador, que esse trabalhador “participou da Assembleia Geral local para deliberar sobre a passeata de solidariedade a Goulart” (BRASIL, 2016, p. 06), que fora proposta como forma de demonstrar apoio às reformas de base logo após o golpe. Tendo ainda recebido instruções para organizar, na cidade de Parnaíba, o “Comando Municipal dos

---

<sup>14</sup> A fábrica Moraes S/A, ou simplesmente fábrica do “Moraes”, marcou época na cidade de Parnaíba, durante grande parte do século XX. A empresa primeiramente trabalhou com a indústria de algodão, mas o destaque econômico veio principalmente com a exploração e produção de óleos vegetais, da cera de carnaúba, na primeira metade do século. Esses produtos eram comercializados tanto no Brasil como no exterior, pela empresa. A indústria Moraes S/A veio a criar alguns projetos inovadores utilizando matéria-prima da carnaubeira e uma delas foi a produção de celulose que, produzida através da palha da carnaúba, teria qualidade superior a produzida por outras matérias-primas, valorizando ainda mais a carnaubeira.

Trabalhadores”, junto do líder dos estivadores, Tiago José da Silva (BRASIL, 2016, p. 42), de acordo com depoimento desse último.

De acordo com sua esposa, Carmelita França Barros e seus filhos, que tive oportunidade de entrevistar, os eventos ocorridos em meados de abril de 1964, logo após a tomada de poder pelos militares, foram de impacto bastante traumático. A sra. Carmelita contou e seu depoimento foi repassado aos filhos, como guardiões de suas memórias, que enquanto o marido se encontrava em viagem para Fortaleza, para velório e sepultamento de um familiar, ela recebeu, no calar da noite, a visita de militares em sua residência; estes estavam em busca do sr. Evilásio, poucos dias após o golpe de 1964. A sua filha, Iara França, então me narrou as memórias desse momento de forte tensão compartilhadas por sua mãe:

A mamãe disse que ouviu bater na porta, de madrugada, gritando ‘Evilásio, Evilásio!’ Ela então pensou que era até assim algum marginal. Então ela ficou se tremendo toda, não respondeu nada, não abriu nada! Ficou calada! Era três da madrugada, eles batendo com força na porta e ela lá dentro, calada. Depois ela se levantou, aí a Maria das Graças (uma moça que morava lá em casa) veio, ficou com ela ali, caladinha, por sorte nenhum de nós, que estávamos dormindo, acordou. Todo mundo bem pequeno, né... Então ela disse que passou assim uns 20 minutos, mais ou menos, aí ela escutou batendo na casa do Seu Antônio, que era o vizinho de lado. Ela ouviu aquela conversa. Batendo lá na porta e o homem conversando. E depois acalmou. Então ela disse que foi pra cozinha, porque a parede dava assim para a parede da casa do Seu Antônio. Não eram forradas as casas, nem nada. Ela foi e chamou: ‘Seu Antônio, Seu Antônio, o que é que tá acontecendo?’ Aí o seu Antônio respondeu: ‘Dona Carmelita é a polícia! Eles estão atrás do Seu Evilásio. E eles vão voltar. É melhor a senhora abrir’. Então ela foi e sentou-se, tentou se acalmar, tirou a camisola, se vestiu, ficou sentada na cadeira se tremendo, chorando... Foi quando eles chegaram de novo. Dessa outra vez já foi com violência... Já chegaram gritando: ‘abre, abre, porque senão a gente vai arrombar a porta!’ Aí ela foi lá e abriu. Eram uns quatro homens. ‘Tudo armado!’ Eram homens do Exército! (BARROS, 2020, p. 3).

É possível, por meio do relato observado, perceber o medo, as sensações de pânico e as fortes emoções que esse momento causou à esposa de Evilásio, a sra. Carmelita Barros. Dona de casa, responsável pelos cuidados maternos, além de um pequeno comércio que montara em sua residência junto ao marido, sentiu, nos meados de abril de 1964, os tentáculos do regime de exceção atingindo o seu lar. Tolhidos em lugar sagrado para as famílias, a casa em que habitavam junto aos

filhos, tiveram a inconveniente e violenta presença das forças policiais enquanto dormiam. O relato da filha segue apontando que:

Mamãe disse que eles já entraram: 'Cadê seu Evilásio, cadê seu Evilásio!??' Mamãe então disse que ele não estava. Mesmo assim eles entraram, reviraram a casa toda. O quarto que a gente estava dormindo. Abriram um guarda-roupa, com as gavetinhas bem pequenas, eles tiraram as gavetas e jogavam tudo, tudo no chão, espalharam tudo! E dizendo: 'Cadê seu Evilásio?' Procurando por ele... Mexeram tudo. Tudo na casa. E disseram pra ela: 'Olhe, nós vamos te levar, pra tu aprender a respeitar polícia, não ficar enganando a gente. Ficar escondendo ele!' Ela falando: 'Ele está pra Fortaleza. Não está na cidade!' Então eles foram pra cozinha. Depois no quintal. Ela disse que no quintal estava cheio d'água. Aí ela disse para eles: 'Olhe, tá cheio d'água aí!' Eles fizeram foi responder ela com grosseria e entraram. Ela disse que a água ficou no joelho deles. E eles andando no quintal. Procurando o papai. Quando chegaram lá fora, aí eles falaram: 'Olhe, você não quer dar conta dele, você vai no lugar dele. Nós vamos lhe levar!' Então saíram caminhando até a porta com ela. Quando chegaram lá na porta eles falaram: 'Olhe, não vamos lhe levar porque você é mulher! Mas é pra você aprender a respeitar a polícia!' Então saíram. Aí ela disse que ficou sentada, chorando muito. Arriscada até perder o filho. Ela estava grávida. E eles ficaram pelas esquinas. Esperando pra ver se encontravam o papai. (BARROS, 2020, p. 4).

A esposa de Evilásio, Carmelita França de Barros, então grávida de poucos meses, também com filhos pequenos em casa, recebeu a visita de militares truculentos, ávidos por demonstrar poder aos seus superiores, nas chamadas "operações limpeza", que ocorreram após o golpe em diferentes partes do país. No Piauí, essas foram lideradas pela Guarnição Federal, sediada em Teresina e contou com apoio das forças militares da Capitania dos Portos em Parnaíba. Não se levava em consideração, como as memórias demonstram, o temor que poderiam causar a essas famílias, sobretudo às crianças pequenas, a chegada, em suas residências, de homens armados, arrogantes, a serviço de um sistema antidemocrático que então se estabelecia no país.

Eram, portanto, cenas atípicas naquele pequeno universo familiar, cenas que rompiam com a ordem do cotidiano. Porém, cenas bastante comuns em regimes de exceção, as que foram vivenciadas nesses bairros populares da cidade de Parnaíba. A visível pressão psicológica, as tentativas de criminalizar as lideranças sindicais de projeção no interior do quadro político recente, as prisões sem justificativa plausível,

foram formas empregadas pelas forças repressivas contra os trabalhadores parnaibanos nos primeiros dias após consumado o golpe em 1964.

Essas memórias ao qual tive acesso são importantes no sentido de questionar as visões apaziguadoras sobre o contexto do golpe de 1964 e seus desdobramentos na cidade de Parnaíba. Elas demonstram, a meu ver, que medidas repressivas diversas foram estabelecidas em diferentes cidades do país naquele momento. Conforme compreendi, mesmo em cidades de pequeno e médio porte, foi possível perceber que se processaram medidas punitivas no contexto do golpe de 1964. Principalmente aquelas em que existiam grupos sindicalizados, organizados em torno da defesa das reformas de base e do governo João Goulart. O caso particular de Parnaíba, com uma miríade de trabalhadores e lideranças sindicais apoiando as pautas reformistas é simbólico, nesse ponto. As memórias tradicionais sobre o contexto buscaram criar uma espécie de silenciamento sobre os eventos ocorridos após o golpe, mas é possível averiguar, por meio de relatos de familiares dos trabalhadores, um ambiente marcado pelo uso de violência e perseguições políticas nessa cidade.

### **Considerações Finais**

A pesquisa, iniciada em 2017 no Doutorado em História da UFF, foi apresentada recentemente junto ao programa. De imediato, indiquei que a participação de grupos civis na sustentação efetiva e simbólica da ditadura, em hipótese alguma, serve para retirar a responsabilidade das Forças Armadas na intervenção e na organização do aparato repressivo montado durante tal contexto. Tampouco serve para relativizar ou suavizar as diferentes formas de violência, perseguições, cassações e práticas punitivas observadas desde os primeiros momentos da ditadura. Esse tipo de análise, a meu ver, ao tornar complexo esse quadro histórico, observando também a contribuição de setores da sociedade, ajuda a pensar de um ponto de vista mais amplo a montagem do(s) regime(s) de exceção. Uma das conclusões a que cheguei é que diferentes grupos da sociedade piauiense apoiaram o golpe de 1964, bem como deram sustentação à ditadura ao longo do tempo, por diferentes razões (econômicas, políticas, religiosas). Ao passo que, com a abertura política dos anos 1980 tentaram construir localmente uma memória apaziguadora sobre tal contexto histórico, como se no espaço piauiense não tivesse



ocorrido medidas punitivas, por conta de seu “isolamento geográfico”, bem como por outras razões.

**Artigo recebido em 14 de abril de 2021.**

**Aprovado para publicação em 21 de junho de 2021.**

## Referências

ATHAYDE, Cândido de Almeida. *Entrevista* concedida ao Núcleo de História Oral da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO. Em 17 de janeiro de 1984, p. 12.

BARROS, Iara França de. *Entrevista* concedida a Francisco José Leandro Araújo de Castro em 20 de dezembro de 2020, p. 02.

BRASIL: Nunca Mais digit@l - MPF - PRR 3ª Região, 2016. Inquérito policial militar nº 349. Disponível em: [http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB\\_04&PagFis=33830.](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_04&PagFis=33830.), p. 30.

CANDEIRA FILHO, Alcenor. Prisão de parnaibanos no Rio. Em: *Almanaque da Parnaíba*, 70ª edição. Parnaíba-PI, 2017, p. 18.

CARDOSO, Lucileide Costa. “Construindo a memória do regime de 64”. *Revista Brasileira de História* - Brasil, 1954-1964. São Paulo, ANPUH – Marco Zero, v.14, n.27, 1994.

CORDEIRO, Janaina. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento*. 2012. 333f. Tese de doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *Visões do golpe*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERRAZ, Fernando. De que sentimos saudade? In: *Almanaque da Parnaíba*. Edição comemorativa 80 anos. n. 67. 2004, p. 20.

FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 24, n. 47, julho 2004, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020. p. 29–60.

GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditaduras em face de seu passado na Europa e na América Latina. IN: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samanta Viz (Org). *História e memória das ditaduras do século XX*, v.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

JOFFILY, Mariana. “Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, jan./mar. 2018 p. 204 - 251.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra de memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, UFMG, n. 28, dez. 2002.

MEDEIROS, Sebastião Paulo Frota. *Entrevista* concedida a Francisco José Leandro Araújo de Castro em 20 de dezembro de 2017, p. 03.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Sá (Org.) *Culturas políticas na História: novos estudos*. BH: Argumentum, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

PASSOS, Caio. *Cada rua - sua história*. Parnaíba-PI, 1982.

PEREIRA, Aline Andrade. O silêncio dos inocentes: construções memorialísticas de Israel Klabin e Rubem Fonseca sobre um passado que insiste em não morrer. Em: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samanta Viz (Org). *História e memória das ditaduras do século XX*, v.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois”. *Anos 90*, Porto Alegre, v.14, n.26, p.127-156, dez. 2007.

SILVA, Raimundo. Informativo. *Jornal A Ação*, Parnaíba-PI, n. 82, 29 mar. 1981, p.16.